

Prefeitura de Montes Claros do Estado de Minas Gerais

MONTES CLAROS

Professor de Educação Básica – PEB I

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	11
■ TIPOLOGIA TEXTUAL E GÊNEROS TEXTUAIS	13
■ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	22
Sinonímia.....	22
Antonímia	22
Polissemia.....	23
■ RECURSOS VERBAIS, NÃO VERBAIS E MULTISSEMIÓTICOS	24
■ ARGUMENTAÇÃO, OPINIÃO E INFORMAÇÃO: ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS	24
■ FUNÇÕES DA LINGUAGEM	27
■ FIGURAS DE LINGUAGEM	27
■ COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS	31
■ NOÇÕES DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE A NORMA-PADRÃO DA LÍNGUA E A GRAMÁTICA TRADICIONAL	35
■ CLASSES DE PALAVRAS	36
Colocação Pronominal	47
■ CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	57
■ REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL	60
■ USO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	62
■ PONTUAÇÃO	64
■ ORTOGRAFIA	66
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	70
■ FORMAÇÃO DE PALAVRAS	70
MATEMÁTICA.....	83
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS	83
OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO	86
POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO	86

■ CÁLCULO DE ÁREA E PERÍMETRO DE FIGURAS GEOMÉTRICAS PLANAS.....	87
■ POLÍGONOS REGULARES.....	89
■ CÁLCULO DE VOLUME DE SÓLIDOS GEOMÉTRICOS	89
PRISMAS.....	89
PIRÂMIDES.....	91
CILINDROS	92
CONES	93
■ ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBLEMAS DE CONTAGEM.....	95
■ EXPERIMENTOS ALEATÓRIOS	98
■ CÁLCULO DE PROBABILIDADE.....	98
■ TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE, LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS.....	101
■ PROBLEMAS ENVOLVENDO EQUAÇÃO DO 1º GRAU	103
■ SISTEMA DE EQUAÇÕES POLINOMIAIS DE 1º GRAU COM DUAS INCÓGNITAS.....	103
■ PROBLEMAS ENVOLVENDO GRANDEZAS DIRETAMENTE E INVERSAMENTE PROPORCIONAIS	105
■ LOCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO: ASSOCIAÇÃO DE PARES ORDENADOS DE NÚMEROS A PONTOS DO PLANO CARTESIANO	109
LEGISLAÇÃO.....	113
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	113
■ LEI Nº 9.394, DE 1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) E SUAS ALTERAÇÕES	155
■ LEI Nº 13.005, DE 2014	176
■ LEI FEDERAL Nº 8.069, DE 1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	179
■ LEI Nº 13.146, DE 2015 – LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA)	230
■ ESTATUTO DA PESSOA IDOSA - DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – LEI Nº 10.741, DE 2003	246
■ CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – LEI Nº 3.177, DE 2003	254
■ ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – LEI Nº 3.175, DE 2003	257

■ ESTATUTO DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – LEI Nº 3.176, DE 2003 E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	273
■ RESOLUÇÃO Nº 05, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 - DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	273
■ RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02, DE 2017, QUE INSTITUI A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).....	278
■ LEIS Nº 10.639/03 E Nº 11.645, DE 2008 - HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	283
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA	287
INFORMÁTICA BÁSICA	295
■ SISTEMAS OPERACIONAIS: CONHECIMENTOS DO AMBIENTE WINDOWS 10	295
CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO SISTEMA OPERACIONAL (PAINEL DE CONTROLE).....	295
ORGANIZAÇÃO DE PASTAS E ARQUIVOS: OPERAÇÕES DE MANIPULAÇÃO DE PASTAS E ARQUIVOS (CRIAR, COPIAR, MOVER, EXCLUIR E RENOMEAR)	295
■ EDITOR DE TEXTO MICROSOFT WORD (PACOTE MICROSOFT 365).....	308
CRIAÇÃO, EDIÇÃO E FORMATAÇÃO	308
CRIAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE TABELAS	314
IMPRESSÃO	316
INSERÇÃO E FORMATAÇÃO DE GRÁFICOS E FIGURAS.....	318
Geração de Mala Direta	318
■ PLANILHA ELETRÔNICA MICROSOFT EXCEL (PACOTE MICROSOFT 365).....	320
CRIAÇÃO, EDIÇÃO E FORMATAÇÃO	320
UTILIZAÇÃO DE FÓRMULAS	327
IMPRESSÃO	330
Geração de Gráficos	331
CLASSIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DADOS	336
■ SOFTWARE DE APRESENTAÇÕES POWERPOINT (PACOTE MICROSOFT 365).....	337
CRIAÇÃO, EDIÇÃO, FORMATAÇÃO E IMPRESSÃO DAS APRESENTAÇÕES	337
■ CONHECIMENTOS DE INTERNET: NOÇÕES BÁSICAS	351
■ CORREIO ELETRÔNICO.....	352

RECEBER E ENVIAR MENSAGENS, ANEXOS, CATÁLOGOS DE ENDEREÇO, ORGANIZAÇÃO DAS MENSAGENS.....	353
■ SEGURANÇA.....	355
CONCEITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	355
Análise e Gerenciamento De Riscos.....	355
CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO: SEGURANÇA FÍSICA E SEGURANÇA LÓGICA	356
AMEAÇA, TIPOS DE ATAQUES E VULNERABILIDADE.....	357
■ LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)	364
■ SISTEMAS DE BACKUP	382
TIPOS DE BACKUP.....	383
MEIOS DE ARMAZENAMENTO PARA BACKUPS.....	386
PLANOS DE CONTINGÊNCIA	389
■ CLOUD COMPUTING	389
DEFINIÇÃO	389
VANTAGENS E DESVANTAGENS	391
CARACTERÍSTICAS.....	392
TIPOS.....	393
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PEB I	397
■ ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO CIENTÍFICO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	397
ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E CONHECIMENTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA; CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E ESCRITA.....	397
A FUNÇÃO SOCIAL DA ALFABETIZAÇÃO	398
AS ETAPAS DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	399
A IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NA ALFABETIZAÇÃO	399
A PERSPECTIVA INFANTIL NA FASE DA ALFABETIZAÇÃO.....	399
■ REFERENCIAIS CURRICULARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTES CLAROS.....	399
■ CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE, DESENVOLVIMENTO, APRENDIZAGEM E AUTONOMIA DA CRIANÇA.....	400
■ DIVERSIDADE, INCLUSÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO	401

■ EDUCAÇÃO COMO DIREITO	403
■ LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO	406
■ O ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	407
■ ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	409
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	409
■ FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO.....	413
CONCEPÇÕES E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS	413
RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E POLÍTICO-CULTURAIS DA EDUCAÇÃO	419
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E CIDADANIA	419
A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	424
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.....	428
DIDÁTICA E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO	435
SABERES, PROCESSOS METODOLÓGICOS E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM; PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO.....	436
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA E O COMPROMISSO COM A QUALIDADE SOCIAL DO ENSINO	438
GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	439
■ CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA, DE CRIANÇA E DE EDUCAÇÃO INFANTIL	441
OS EIXOS ESTRUTURANTES E INDISSOCIÁVEIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – O CUIDAR E O EDUCAR	443
AS INTERAÇÕES E AS BRINCADEIRAS.....	445
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO A PARTIR DE PROJETOS.....	449
■ O PAPEL DO PROFESSOR NA INTEGRAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA.....	450
RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA	450
■ FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO.....	450
PENSADORES DA EDUCAÇÃO. PRINCIPAIS TEORIAS MODERNAS DA EDUCAÇÃO. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	450
PROCESSO DO TRABALHO PEDAGÓGICO COLETIVO.....	455
■ SABERES VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS DIMENSÕES COGNITIVAS, ■ AFETIVAS, SOCIAIS E CULTURAIS	457
■ ESCOLA INCLUSIVA COMO ESPAÇO DE ACOLHIMENTO, DE APRENDIZAGEM E DE ■ SOCIALIZAÇÃO	459
INCLUSÃO EDUCACIONAL E RESPEITO À DIVERSIDADE.....	459

■ VISÃO INTERDISCIPLINAR E TRANSVERSAL DO CONHECIMENTO	461
■ NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO COM A PRÁTICA PEDAGÓGICA	464
■ ÉTICA NO TRABALHO DOCENTE.....	465
■ CURRÍCULO E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: O ESPAÇO FÍSICO, A LINGUAGEM, O CONHECIMENTO E O LÚDICO NA PEDAGOGIA	466
■ CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	470
■ A CONSTRUÇÃO DO NÚMERO NO PENSAMENTO DA CRIANÇA: ORDENAÇÃO, SERIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO	480

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PEB I

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO CIENTÍFICO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E CONHECIMENTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA; CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E ESCRITA

As diferentes áreas do conhecimento contribuem nos processos de ensino e aprendizagem na concepção de alfabetização na perspectiva do letramento. Dessa forma, as diferentes áreas curriculares podem auxiliar no processo de alfabetização, partindo das experiências das crianças e contextualizando a aprendizagem da língua escrita.

Para que as crianças tenham autonomia para lidar com a escrita e, portanto, tenham acesso aos materiais que veiculam conhecimentos oriundos dos diferentes campos do saber na sociedade letrada, elas precisam se apropriar da base alfabética, ou seja, precisam estar alfabetizadas. Por isso, essa é uma das prioridades nos anos iniciais do ensino fundamental.

Desse modo, pode-se familiarizar as crianças com diferentes linguagens. Em suma, a integração entre os diferentes componentes curriculares pode ser garantida tanto pelas temáticas escolhidas, quanto pela forma de organização do trabalho pedagógico (por exemplo, por meio de sequências didáticas e dos projetos didáticos), como também por meio dos recursos didáticos selecionados.

Importante!

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz diretrizes específicas para a fase de alfabetização escolar, dispondo que deve o letramento continuar por todas as fases do aprendizado. O documento aborda, ainda, o letramento digital e o estudo de gêneros digitais durante as aulas de Língua Portuguesa. O letramento digital é mais do que aprender a mexer no computador ou a digitar: ele é um processo social de inclusão digital, envolvendo o uso de recursos tecnológicos e a compreensão, interpretação e análise das informações recebidas.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Sendo processos diferentes, a alfabetização e o letramento complementam-se e que não podem ser separados, pois ambos são essenciais para o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita — lembrando que antes de aprender a escrever, é preciso aprender a ler. O quadro a seguir sistematiza algumas características da alfabetização e do letramento e de como integrar esses dois conceitos:

ALFABETIZAÇÃO	LETRAMENTO	ALFABETIZAR LETRANDO
Ação de ensinar/aprender a ler e a escrever	Estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita	Ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais e da escrita

Acompanhe ainda as seguintes reflexões:

A alfabetização na perspectiva do letramento inclui uma segunda dimensão, a da inserção do aprendiz nas práticas de leitura e escrita. Tal dimensão é que pode garantir que as crianças, os jovens e os adultos do campo consigam fazer uso real da leitura e da escrita, em seu cotidiano, nas diferentes situações políticas e sociais. No decorrer do processo de alfabetização é imprescindível que as crianças entrem em contato, manipulem, utilizem e criem diferentes textos, que circulem em sua comunidade de maneira não simulada e que tenham sentido para elas. É importante que compreendam os objetivos dos diferentes gêneros textuais e suas características particulares. Ao realizar atividades que envolvam a reflexão sobre estes aspectos, possibilitamos que as crianças elevem seu nível de letramento e possam fazer o uso efetivo da língua escrita em diferentes contextos sociais. (BRASIL, 2012, p. 21)¹

¹ ANDRADE, J. de. Os desafios do ensino da leitura e escrita: alfabetização em foco. **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/os-desafios-ensino-leitura-escrita-alfabetizacao-foco.htm>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Cagliari

Segundo Cagliari (1998), “*Alfabetizar é ensinar a ler e a escrever [...] O segredo da alfabetização é a leitura.*” Portanto, é primordial ensinar o aluno a decifrar o código escrito para depois aplicar esse conhecimento na produção escrita.

*Em primeiro lugar, é preciso entender que o segredo da alfabetização está na aprendizagem da leitura. Aprender a ler, aqui, significa aprender a decifrar a escrita. Para saber decifrar a escrita é preciso saber como os sistemas de escrita funcionam e quais os seus usos.*²

Para o processo de alfabetização, segundo o autor, é essencial ensinar o estudante a decifrar a escrita para depois ensiná-lo a aplicar para a sua produção escrita esse conhecimento.

Paulo Freire

De acordo com Paulo Freire, a alfabetização está dentro de um projeto político que precisa assegurar o direito de cada educando de afirmar a sua voz. O pedagogo afirma que:

*A alfabetização não é um jogo de palavras; é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos [...] A alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra.*³

Emília Ferreiro

Para Ferreiro (1996), a leitura e escrita são sistemas construídos paulatinamente. As primeiras escritas feitas pelos educandos no início da aprendizagem devem ser consideradas como produções de grande valor, porque, de alguma forma, os seus esforços foram colocados nos papéis para representar algo. Ainda segunda a autora,

*O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças.*⁴

Para encerrarmos este tópico, é importante dizer que as crianças vão às escolas levando diversos conhecimentos em relação à cultura letrada, que devem ser considerados pela comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. de. Os desafios do ensino da leitura e escrita: alfabetização em foco. **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/os-desafios-ensino-leitura-escrita-alfabetizacao-foco.htm>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização & linguística**. São Paulo: Scipione, 1992.

_____. **Alfabetização sem o bá-bé-bi-bó-bú**. São Paulo: Scipione, 1998.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TEIXEIRA, S. Aprendizagem infantil: níveis de construção da escrita. **Cursos CPT**. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/artigos/aprendizagem-infantil-niveis-de-construcao-da-escrita>. Acesso em: 10 mar. 2022.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização transcende a mera decodificação de símbolos e configura-se como um pilar fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo. Mais do que ler e escrever, a alfabetização capacita o indivíduo a navegar em um mundo complexo e dinâmico, abrindo portas para o conhecimento, a comunicação e a participação ativa na sociedade.

Ao dominar a leitura e a escrita, o indivíduo ganha acesso a um universo ilimitado de informações, ideias e culturas. Livros, artigos, notícias e outras fontes de conhecimento tornam-se ferramentas para a construção de saberes, o desenvolvimento do senso crítico e a formação de uma visão de mundo mais ampla e abrangente.

A alfabetização permite que o indivíduo se expresse de forma clara, objetiva e precisa, tanto oralmente quanto por escrito. Essa habilidade é essencial para a comunicação interpessoal, a construção de relações interpessoais e a participação em diferentes esferas da vida social, desde o mercado de trabalho até a vida política.

A capacidade de ler e escrever garante ao indivíduo o direito de se informar, se expressar e participar ativamente da vida social. Através da leitura de textos informativos e da escrita de cartas, artigos e outros textos, o indivíduo pode se posicionar sobre questões relevantes para a comunidade, defender seus direitos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O domínio da leitura e da escrita é fundamental para combater o analfabetismo e promover a inclusão social. Ao ter acesso à educação e desenvolver suas habilidades de leitura e escrita, o indivíduo se torna um cidadão mais autônomo, capaz de tomar decisões conscientes e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

A alfabetização é um investimento crucial no futuro de um país. Uma população alfabetizada é mais propensa a ter acesso a melhores oportunidades de trabalho, saúde e educação, o que contribui para o desenvolvimento econômico e social do país como um todo.

Em síntese, a alfabetização é um processo que vai além da mera decodificação de símbolos. Ela é uma ferramenta poderosa que permite ao indivíduo acessar o conhecimento, se comunicar de forma eficaz, participar da vida social e construir um futuro melhor para si mesmo e para a sociedade.

2 CAGLIARI, L. C. **Alfabetização sem o bá-bé-bi-bó-bú**. São Paulo: Scipione, 1998, p. 99.

3 FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 10.

4 FERREIRO, E. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 24.

Investir na alfabetização é investir no desenvolvimento humano e no progresso social.

AS ETAPAS DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Emilia Ferreiro e Ana Teberosky identificaram quatro níveis de evolução da escrita até o momento em que se pode considerar que a criança venceu as barreiras do sistema, sendo capaz de interpretar (ler) e reproduzir (escrever) símbolos gráficos. São eles⁵:

Nível pré-silábico: Neste nível, a criança busca uma diferenciação entre as escritas, sem preocupação com suas propriedades sonoras. Usa critérios quantitativos (varia a quantidade de “letras” de uma escrita para outra para obter escritas diferentes) e usa critérios qualitativos (varia o repertório das letras ou a posição das mesmas sem alterar a quantidade).

Nível silábico: À medida que a criança vai se desenvolvendo e tendo maior contato com a palavra escrita, através da observação de como o adulto lê e escreve, ela entra em conflito com a hipótese anterior (relação do tamanho da palavra com o objeto), conseguindo perceber que a palavra escrita está relacionada com os aspectos sonoros da fala. [...]

Passagem do nível silábico para o alfabético: A criança vai progressivamente modificando as suas hipóteses até chegar à escrita alfabética, atribuindo a cada fonema uma letra. Ela ainda não domina as exceções. Nessa caminhada, existe uma passagem em que ela tem consciência de que sua escrita necessita ser alterada, ocorrendo-lhe a necessidade de escrever mais letras do que no nível silábico. [...]

Nível alfabético: Neste nível a criança estabelece correspondência entre fonema e grafema. Ela compreende que a sílaba pode ter uma, duas ou três letras. A princípio, tem dificuldade na separação das palavras quando escreve um texto. A partir desses pressupostos temos a alfabetização como um processo vivo e dinâmico de participação e criação da própria criança. Ela parte da experiência significativa que se transformará em expressão. [...]

A IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NA ALFABETIZAÇÃO

A consciência fonológica possibilita que as crianças segmentem as palavras em suas unidades sonoras menores, como sílabas e fonemas. Essa habilidade é crucial para a decodificação e a codificação, processos essenciais para a leitura e a escrita, respectivamente.

A capacidade de distinguir entre sons semelhantes, como /p/ e /b/, é fundamental para o aprendizado da ortografia. Através da discriminação fonológica, as crianças identificam as sutilezas da língua, permitindo que escrevam as palavras corretamente e decodifiquem a leitura com precisão.

A consciência fonológica vai além da análise dos sons: ela permite que as crianças manipulem as unidades sonoras da língua. Através de atividades lúdicas, como brincadeiras de rima, adição e omissão de fonemas, as crianças desenvolvem a flexibilidade e a criatividade necessárias para a leitura e a escrita fluentes.

A consciência fonológica é um forte preditor do sucesso na alfabetização. Crianças com habilidades fonológicas bem desenvolvidas geralmente apresentam um aprendizado mais rápido e consistente da leitura e da escrita.

Pais, educadores e toda a comunidade podem contribuir para o desenvolvimento da consciência fonológica das crianças. Através de atividades simples e prazerosas, como contar histórias, cantar músicas e brincar com palavras, é possível despertar nas crianças a fascinação pelos sons da língua e abrir as portas para um mundo de aprendizado e comunicação.

A PERSPECTIVA INFANTIL NA FASE DA ALFABETIZAÇÃO

As crianças são naturalmente curiosas e possuem um desejo inato de aprender e explorar o mundo ao seu redor. Na fase da alfabetização, essa curiosidade se volta para as letras e as palavras. As crianças observam, questionam e experimentam diferentes formas de comunicação, buscando entender como a linguagem funciona.

Para as crianças, a brincadeira é a principal forma de aprender e interagir com o mundo. Através de atividades lúdicas, como jogos com palavras, cantigas e histórias, as crianças desenvolvem suas habilidades fonológicas, a consciência da linguagem escrita e o gosto pela leitura.

A rica imaginação das crianças é um dos principais ingredientes da magia da alfabetização. Ao lerem histórias, as crianças transportam-se para mundos fantásticos, vivenciam aventuras e exploram novas possibilidades. Essa capacidade de imaginar a partir da leitura contribui para o desenvolvimento da criatividade, da empatia e da linguagem.

A alfabetização é um marco importante no desenvolvimento da autoestima das crianças. Ao dominarem a leitura e a escrita, as crianças se tornam mais autônomas e confiantes, capazes de se comunicar de forma eficaz e de acessar um universo ilimitado de informações e conhecimentos.

É importante lembrar que cada criança aprende em seu próprio ritmo e de sua maneira única. É fundamental respeitar as individualidades e oferecer às crianças um ambiente acolhedor e estimulante, onde elas se sintam seguras para explorar, errar e aprender com alegria.

REFERENCIAIS CURRICULARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTES CLAROS

Prezado(a) estudante,

O conteúdo acerca dos referenciais curriculares da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros está disponível para download em PDF na sua área do aluno.

Para acessá-la, siga os passos detalhados nas primeiras páginas desta apostila.

Cordialmente,

Nova Concursos.

⁵ TEIXEIRA, S. Aprendizagem infantil: níveis de construção da escrita. **Cursos CPT**, 20-??. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/artigos/aprendizagem-infantil-niveis-de-construcao-da-escrita>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE, DESENVOLVIMENTO, APRENDIZAGEM E AUTONOMIA DA CRIANÇA

As **perspectivas pós-modernas** questionam a visão modernista da infância, que considera a criança como um sujeito unificado, universal e essencializado. Em contrapartida, levam em conta a relação que estabelece com os outros e contextos nos quais estão inseridas.

Além disso, Dahlberg, Moss e Pence (2003) consideram as crianças como seres individuais, membros plenos das sociedades, com lugares que devem ser reconhecidos e independentes.

Importante!

A infância é uma construção social. Por isso, para as perspectivas pós-modernas, as próprias crianças, inseridas em um conjunto ativo e negociado de relações sociais, são responsáveis por elaborar as suas infâncias, no plural.

Dessa forma, na organização do tempo e espaço das instituições de educação infantil, as crianças precisam ser consideradas como co-construtoras do conhecimento, da cultura e da sua própria identidade, que varia de acordo com o tempo, o local, as condições socioeconômicas e as culturas.

I A ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A rotina na educação infantil aparece como uma categoria pedagógica importante e que permite a **concretização de uma concepção de educação e de cuidado**. Entretanto, como está marcada por disputas de poder entre os sujeitos envolvidos, as ações educativas dos(as) profissionais(s) podem garantir ou não margem para a inovação, a transformação e a autonomia das crianças.

Podemos citar algumas iniciativas que rompem com rotinas fixas, rígidas e mecânicas que desconstruíram a autonomia e a identidade:

- **“Cesto dos Tesouros”**: proposta apresentada por Vargas (2016), que destaca a importância de experiências de aprendizagens significativas com os bebês. Sugere a utilização de materiais diferentes, como objetos naturais, folhas secas, esponjas, cascas de frutas, pinhas, que são utilizadas de forma criativa, desafiante e inventiva;
- **Modelo High/Scope**: parte de um currículo influenciado pela psicologia do desenvolvimento e considerada como principal premissa a interação construtora de conhecimentos. Baseia-se nas experiências-chave (desenvolvimento socioemocional, linguagem, representação, seriação, espaço tempo), apresentadas por Lino (1998), que permitem às crianças brincarem e interagirem, de forma autônoma, com outros sujeitos e materiais.

Essas duas iniciativas destacam a confiança e autonomia dos bebês, a comunicação por olhares e gestos, a classificação pelo reconhecimento dos sentidos (olfato, tato, paladar), sons e tamanhos, comparação de características (tamanho, material, textura), localização, movimentos em diferentes velocidades, entre outros.

Contudo, para que as identidades e autonomia das crianças sejam efetivamente garantidas, são fundamentais o planejamento e a participação ativa e respeitosa dos profissionais. Mais do que considerar as condições arquitetônicas e estruturais (mobiliário e materiais), o uso do espaço e do tempo pode considerar a autonomia, a tomada de decisões e a participação ativa, de acordo com as diferentes necessidades e características biológicas, físicas, sociais e culturais.

A BRINCADEIRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E AUTONOMIA DAS CRIANÇAS

Para além da ampliação quantitativa do acesso à escola, o Estado tem sido cobrado cada vez mais pelos debates educacionais e pela ação dos movimentos sociais para garantir um atendimento de qualidade e que considere as necessidades da criança, suas identidades e autonomia.

Nesse contexto, os documentos oficiais reafirmam a centralidade da gestão democrática da educação, a finalidade de desenvolvimento integral dos estudantes e o fortalecimento de um sistema de garantia de direitos, dentre os quais situa-se o direito de brincar.

A partir do momento em que a criança passa a ser considerada sujeito de direito e ator social, o reconhecimento do brincar se mostra importante para vários aspectos:

- Desenvolvimento físico;
- Desenvolvimento emocional,
- Desenvolvimento cognitivo;
- Desenvolvimento social.

O brincar é uma necessidade da criança, mas, também, um direito relacionado à sua **liberdade e autonomia**. Participar das decisões relacionadas a assuntos que lhe dizem respeito e a liberdade para fazer escolhas está apresentado, inclusive, no ECA.

Além de contribuir para a valorização do patrimônio cultural e identidades (idade, sexo, regionalidade, condição socioeconômica, raça/etnia, entre outros), as brincadeiras, que as crianças gostam bastante, possibilitam uma maior interação e envolvem aspectos físico-motores, cognitivos e sociais.

Brincando, as crianças também aprendem regras sociais, seus limites e os limites das pessoas. Ao crescer um pouco, pelas brincadeiras, a criança vai trabalhar habilidades motoras, ao empilhar, encaixar e combinar objetos, além de aprender jogos com regras e estratégias cada vez mais complexas. Ao permitir que nossas crianças brinquem, não oferecendo apenas brinquedos, mas tempo para isso, contribuímos para que elas sejam mais autônomas e criativas, que saibam resolver problemas e se relacionar com a sua autoidentidade e com os outros.

I A AUTONOMIA E A IDENTIDADE NA BNCC

Em relação à Educação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as interações e brincadeiras aparecem como eixos fundamentais para as aprendizagens e desenvolvimento autônomo das crianças.

Assim, espera-se garantir alguns direitos para esses sujeitos:

- Conviver;
- Brincar;
- Participar;
- Explorar;

- Expressar-se;
- Conhecer-se;

Além disso, a organização curricular está estruturada em cinco campos de experiências, apresentando os objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento. Esses acolhem as experiências da vida cotidiana das crianças, seus saberes e os conhecimentos do patrimônio cultural coletivo.

Dica

“O eu, o outro e nós” é um dos campos de experiências da BNCC fundamentais para pensarmos a autonomia e identidade na Educação Infantil. Se possível, atente-se a isso.

A construção da identidade, segundo os estudos da Sociologia da Infância, é feita na interação com outras crianças e conosco, adultos. Para a BNCC, é nesse processo que as crianças constroem seus modos de agir, sentir e pensar, além de conhecerem outros modos de vida, as diferenças que existem entre as pessoas e outros pontos de vista.

Suas primeiras experiências sociais ocorrem na família, na coletividade, nos espaços religiosos e na instituição escolar. Assim, vão sendo construídas percepções e questionamentos sobre si, os colegas, os professores e outros que estão envolvidos.

A autonomia e a identidade, portanto, vão se fortalecendo conforme as crianças diferenciam-se e identificam-se como seres individuais e que vivem em sociedade. Por isso, é preciso valorizar e criar condições para que fortaleçam **seu senso de autocuidado, de respeito, de reciprocidade e interdependência com o mundo**. As oportunidades e atividades para que isso ocorra são variadas:

- Contato com outros grupos sociais e culturais;
- Contato com os modos de vida e atitudes diferentes;
- Contato com técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo;
- Contato com costumes, celebrações e narrativas.

Atenção! Para a BNCC, a escola e os educadores têm papel fundamental para ampliar o modo como a criança percebe a si mesma e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 01 abr. 2022.
- DAHBERG, Gunila; MOSS, Peter; PENCE, Alan. Construindo a primeira infância: o que achamos que isso seja? In: _____. **Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 63-85.
- LINO, Dalila B. A rotina diária nas experiências-chave do modelo High/Scope. In: ZABALZA, Miguel. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 185-204.
- VARGAS, Gardia. A prática educativa em creches: o que fazem os bebês? In: MARTINS FILHO, José A. **Educar na creche: uma prática construída com os bebês e para os bebês**. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 99-115.

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A DÉCADA INTERNACIONAL DOS POVOS AFRODESCENDENTES

Em relação a essa temática, inicialmente, é importante mencionar a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro, de 2003, **resultado de discussões e avanços dos movimentos negros e outras organizações coletivas**, pois, por meio dela, tornou-se **obrigatório o ensino da história africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio, público e particular**.

Em seus termos:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se **obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira**.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a **contribuição do povo negro** nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de **todo o currículo escolar**, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º **(VETADO)**

“**Art. 79-A (VETADO)**”

“**Art. 79-B** O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Atualmente, esta legislação é considerada um **marco histórico da luta antirracista no Brasil** e da transformação da política educacional e social brasileira em direção ao fortalecimento de uma **Educação para as Relações Étnico-Raciais**.

Ao assumir a importância do Estado em divulgar/valorizar o legado cultural africano, assume-se, também, que o conhecimento da História da África é fundamental para a compreensão da História Geral e do Brasil, uma vez que, entre esses povos, há um inegável conjunto de relações (guerras, dominação, comércio, alianças internacionais etc.).

Em continuidade à Lei nº 10.639, de 2003, em 2004, foram publicadas, também pelo MEC, as **Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, responsáveis por estabelecer uma série orientações às instituições de ensino.

Entretanto, é importante reforçar, ainda, a necessidade de políticas de reparação em prol da desmistificação da democracia racial no país e, também, do direcionamento dos professores em relação ao tratamento adequado do tema e à explicitação de equívocos comuns na abordagem da questão racial.